



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1860506 - PR (2020/0025571-6)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : JOSÉ CARLOS CICCARINO
ADVOGADOS : GUSTAVO BRITTA SCANDELARI - PR040675
BRUNO MALINOWSKI CORREIA - PR063705
VICTORIA DE BARROS E SILVA - PR094417
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por **JOSÉ CARLOS CICCARINO**, fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do TRF da 4ª Região, assim ementado (e-STJ, fl. 970):

"PENAL. PROCESSUAL PENAL. OPERAÇÃO SINAPSE. CONFISCO DE VALORES. CABIMENTO DA MEDIDA.

1. As medidas assecuratórias, no presente caso, têm por objetivo garantir a reparação dos danos causados aos cofres públicos, bem como ao pagamento das custas processuais e penas de multa eventualmente fixadas.
2. Requisitos para o deferimento da medida assecuratória que restaram preenchidos. Comprovação da materialidade e indícios suficientes de autoria. *Periculum in mora*.
3. Considerando que os valores bloqueados em conta bancária servem como equivalentes ao produto ou proveito do crime que não foram encontrados, na esteira da sentença condenatória proferida na ação penal nº 5037410-53.2013.4.04.7000, correta a decretação do perdimento em favor da União.
4. Improvimento da apelação."

Opostos aclaratórios, foram desprovidos, em acórdão com a seguinte ementa (e-STJ, fl. 992):

"PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DEDECLARAÇÃO. INOCORRÊNCIA DE SEUS LEGAIS PRESSUPOSTOS. OMISSÕES E CONTRADIÇÕES. INEXISTÊNCIA. REJEIÇÃO. PREQUESTIONAMENTO.

1. Rejeita-se o recurso de embargos de declaração, vocacionado estritamente à manifestação integrativa e saneadora que se afigure de rigor, quando se verifica que o julgado embargado apresenta-se claro, hígido, exaustivo e bem fundamentado.
2. A simples insurgência da parte contra os fundamentos invocado se que levaram o órgão julgador a decidir não abre espaço para o manejo dos embargos de declaração, devendo ser buscada a modificação pretendida na via recursal apropriada.
3. Desnecessária a refutação expressa de dispositivos de aplicação colidente quando o prequestionamento pontual colimado já está estabelecido no julgamento, nele inserta a solução basilar sobre o thema juris suscitado.
4. Embargos de declaração improvidos."

Nas razões do especial, aponta o recorrente violação aos arts. 91, II, "b", do Código Penal, 381, II, III, IV e V do CPP 489, § 1º, do CPC; argumentando, em suma, que parte dos valores perdidos em razão da sentença penal condenatória teriam origem comprovadamente

lícita, de modo que não poderiam estar contidos no decreto de perda.

Salienta, ainda, a ausência de fundamentação do acórdão recorrido, seja em relação à individualizar especificamente os bens em relação aos quais determinada a perda, seja por adoção da técnica de fundamentação *per relationem*.

Contrarrazões às fls. 1.016-1.032 (e-STJ).

O Ministério Público Federal opina pelo desprovimento do recurso (e-STJ, fl. 1.054-1.060).

É o relatório.

Decido.

Inicialmente, não há como acolher a objeção de ausência de fundamentação pelo uso da técnica *per relationem*.

No caso, observa-se que a Corte utilizou argumentos próprios após a transcrição do parecer ministerial, conforme se extrai do acórdão recorrido (e-STJ, fls. 967-968). Desse modo, não há qualquer empecilho para utilização do parecer ministerial como razão de decidir, conforme jurisprudência consolidada no âmbito deste STJ.

No ponto:

"PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. APLICAÇÃO DA LEI PENAL. CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. PACIENTE FORAGIDO. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. IMPOSSIBILIDADE.

[...]

3. "É válida a utilização da técnica da fundamentação *per relationem*, em que o magistrado se utiliza de trechos de decisão anterior ou de parecer ministerial como razão de decidir" (RHC n. 94.488/PA, relator Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 19/4/2018, DJe 2/5/2018).

[...]

6. Ordem denegada."

(HC 552.570/PB, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 03/03/2020, DJe 12/03/2020)

"PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. INEXISTÊNCIA DE ARGUMENTOS HÁBEIS A DESCONSTITUIR A DECISÃO IMPUGNADA. MEDIDA ACAUTELATÓRIAS. QUEBRA DE SIGILO FISCAL E BANCÁRIO. DECISÃO SUCINTA, PORÉM FUNDAMENTADA. "PER RELATIONEM".

LEGALIDADE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

[...]

Esta Corte possui o entendimento pacífico de que "a fundamentação *per relationem* constitui medida de economia processual e não malfere os princípios do juiz natural e da fundamentação das decisões" (REsp 1.443.593/RS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 12/6/2015).

3. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no HC 412.570/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 11/12/2018, DJe 19/12/2018)

Em relação à individualização dos bens sobre os quais decretada a perda, verifica-se que foi descrito pormenorizadamente cada qual, inclusive a partir do negócio jurídico subjacente, bem como sua relação com o ilícito praticado.

A propósito, confira-se trecho da sentença condenatória no que referendado pelo acórdão recorrido:

"[...]

Em conclusão, considerando que o bem descrito no item 3 foi adquirido entre 2009 e 2013, período em que José Carlos Ciccarino e outros sentenciados, em atuação conjunta, praticaram os vários delitos no âmbito da execução dos

cinco Termos de Parceria firmados pelas OSCIPs IBEPOTEQ e ABDES com o IFPR para atuação nas atividades de Ensino à Distância (EaD), e considerando que os valores bloqueados em conta bancária (item 2) servem como equivalentes ao produto ou proveito do crime que não foram encontrados, na esteira da sentença condenatória proferida na ação penal nº 5037410-53.2013.4.04.7000, decreto o perdimento em favor da União, nos termos do art. 91, II, 'b', §§ 1º e 2º, do Código Penal, da quantia total de R\$ 91.917,95 depositada em juízo (itens 2 e 3)." (e-STJ, fl. 899)

Portanto, não há falar em ausência de individualização na decretação de perda de bens, ainda mais no caso sob exame, em que o perdimento decorre da convolação de medida assecuratória anterior, a pressupor identificação precisa dos bens para sua efetividade.

Ademais, tendo sido apurado pelas instâncias ordinárias, após o exame do acervo probatório, que os bens perdidos ostentam origem criminosa, não há como acolher a pretensão recursal sem a revisão do contexto fático-probatório, o que atrai o óbice da Súmula 7/STJ.

No ponto:

"RECURSO ESPECIAL. CRIMINAL. GESTÃO FRAUDULENTA. OPERAÇÃO DE CÂMBIO NÃO AUTORIZADA PARA EVASÃO DE DIVISAS. PRESCRIÇÃO DESTES. RECONHECIMENTO DE OFÍCIO. CRIME CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL. "LAVAGEM" OU OCULTAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES. INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA. SUBSTITUIÇÃO DE TESTEMUNHA. AUSÊNCIA DE PERÍCIA CONTÁBIL. PERDIMENTO DE BENS. ARGUIDAS NULIDADES. INEXISTÊNCIA.

[...]

12. Ao contrário do sustentado pelo Recorrente, segundo apuraram as instâncias ordinárias em vasto acervo probatório, os bens, devidamente descriminados, são derivados da ação criminosa, razão pela qual é consequência automática da sentença penal condenatória o seu perdimento, a teor do art. 91, inciso II, alínea b, do Código Penal.

13. Outrossim, a pretensão de rediscutir a conclusão da sentença, confirmada pelo acórdão recorrido, é obstada pela Súmula n.º 07 desta Corte.

[...]"

(REsp 1.256.968/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 19/06/2012, DJe 19/09/2012)

"[...]

2. Cabe ao aplicador da lei, em instância ordinária, fazer um cotejo fático probatório a fim de analisar a existência de provas suficientes a embasar o decreto condenatório, ou a ensejar a absolvição, bem como se os bens apreendidos são ou não instrumentos de crime, para o fins do artigo 91 do Código Penal. Súmula 7 do STJ.

[...]"

(AgRg no AREsp 1.139.621/DF, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 27/03/2018)

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, **conheço parcialmente** do recurso especial para **negar-lhe provimento**.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro Ribeiro Dantas

Relator